

PERFIS FAMILIARES E TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO: DESAFIOS E QUESTÕES PARA A ANÁLISE SOCIOLÓGICA

Tânia de Freitas **Resende** – UFMG

Cláudio Marques M. **Nogueira** – UFMG

Maria Alice L. G. **Nogueira** – UFMG

Maria Amália de Almeida **Cunha** – UFMG

Maria José Braga **Viana** – UFMG

Agência Financiadora: INEP/MEC

Introdução

Este trabalho discute resultados preliminares de uma pesquisa, em andamento, cujo objetivo geral é o de examinar a influência das condições e do ambiente familiar sobre o desempenho escolar dos alunos. Mais especificamente, trata-se de um estudo que interrogou, por questionário, um conjunto de 299 famílias residentes em Belo Horizonte, pertencentes aos estratos baixo e médio da população, que se utilizam de tipos diferentes de estabelecimento de ensino para escolarizar os filhos. Esse estudo constitui uma pesquisa articulada ao “Estudo Longitudinal da Geração escolar 2005 – Projeto GERES”¹.

Se, por um lado, o objetivo primordial do Projeto Geres é a identificação das condições e práticas escolares que maximizam a aprendizagem dos alunos e que reduzem a influência, sobre seus resultados escolares, de condições de vida desfavoráveis², o propósito fundamental da pesquisa aqui apresentada é, de modo oposto, o de analisar o impacto dos fatores extra-escolares, sobretudo familiares. A definição desse objeto ganha sentido no contexto de uma tradição de estudos, no campo da Sociologia da Educação, que remonta ao período do imediato pós-Segunda Guerra, na Europa e nos Estados Unidos. Daquele período até a fase atual das investigações, as pesquisas avançaram no sentido de contemplar diferentes variáveis ligadas à família – desde as características morfológicas e posicionais, focalizadas num primeiro momento, até as dinâmicas familiares e processos cotidianos, enfatizados a partir dos anos 1980, passando pelo patrimônio cultural e pelas aspirações escolares transmitidas aos filhos, destacados pela teoria da reprodução cultural de Bourdieu

¹ O GERES é uma pesquisa de âmbito nacional que vem acompanhando, desde o ano de 2005, a proficiência escolar de cerca de 21000 alunos do Ensino Fundamental, matriculados em 303 escolas públicas e particulares de cinco cidades brasileiras: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Campinas, Salvador e Campo Grande.

² O estudo GERES tem como referencial as teorias do “efeito escola” ou da “eficácia escolar”. Para uma visão geral dessa corrente, ver Brooke e Soares (2008); para uma síntese de seu recente desenvolvimento no Brasil, ver ALVES (2006).

(1998)³. Tais variáveis, investigadas em conjunto, podem permitir uma compreensão mais acurada do modo como ocorre a influência da família no desempenho escolar dos filhos (Lareau, 1987).

Este foi o desafio que presidiu à elaboração do questionário aplicado às famílias: contemplar, em um mesmo instrumento de resposta objetiva, um conjunto representativo das principais variáveis apontadas pela literatura, as quais foram organizadas em quatro eixos: demografia familiar, comportamentos e atitudes frente à escolarização dos filhos, ordem familiar, usos do tempo não-escolar. O esforço resultou em um questionário com 145 itens de resposta, por meio do qual um dos pais (em geral a mãe) ou um adulto responsável pela criança foi interrogado, em sua residência, em entrevista diretiva previamente agendada.

Partindo da população total pesquisada pelo Projeto Geres, decidiu-se, por razões práticas e orçamentárias, que o estudo limitar-se-ia a uma amostra representativa dos alunos da cidade de Belo Horizonte (N= 4611). O primeiro passo para a construção da amostra foi a exclusão, dentro desse universo, do quintil superior em termos socioeconômicos, colocando, assim, o foco nas classes populares e nas frações inferiores das classes médias. Essa decisão foi tomada com o objetivo de tornar o universo mais homogêneo, permitindo verificar com maior precisão o efeito de diferenças secundárias entre as famílias (organização do cotidiano, modo de exercício da autoridade familiar, práticas de leitura, relação com a escola, entre outras) sobre o desempenho dos filhos. Em outras palavras, supusemos que uma variação excessiva no perfil socioeconômico das famílias tenderia a explicar quase completamente as diferenças de desempenho escolar, eclipsando o impacto dos aspectos menos visíveis da influência familiar.

Decidimos, ainda, construir uma amostra estratificada em função do tipo de escola: federal; particular; estaduais e municipais de alto desempenho no Prova Brasil⁴; e demais escolas estaduais ou municipais. Supusemos que este critério, além de evitar que atribuíssemos às famílias influências que podem, na verdade, advir do tipo de escola frequentado, permitiria também a observação de um fenômeno que muito interessa à Sociologia da Educação contemporânea: as condições que presidem à escolha do

³ Para uma síntese da evolução dos estudos sobre a influência da família na escolaridade dos filhos, ver Nogueira (2005).

⁴ Escolas posicionadas no quintil superior do “Prova Brasil”.

estabelecimento de ensino pelas famílias. Com base na literatura sobre esse tema⁵, partimos da hipótese de que o fato das crianças frequentarem diferentes tipos de escola pode constituir um bom indicador de diferenças nas estratégias familiares de investimento escolar.

Seguindo todos esses critérios, chegamos a uma amostra de 299 famílias, divididas em três grupos de tamanho semelhante: 1- o grupo das usuárias da rede federal e das escolas privadas; 2- o daquelas que se servem das escolas estaduais e municipais de mais alto desempenho; 3- o das que escolarizam seus filhos nos demais estabelecimentos estaduais e municipais.

A hipótese central era a de que as famílias cujos filhos freqüentam as redes particular e federal seriam as mais mobilizadas. As primeiras seriam famílias com um perfil socioeconômico relativamente baixo que, apesar disso, se dispõem a pagar uma escola particular. As segundas seriam aquelas que buscam uma escola diferenciada (pertencente a uma universidade), normalmente longe de casa, e que se submetem a um método especial de seleção, o sorteio. As famílias cujos filhos estão nas escolas públicas de melhor desempenho no Prova Brasil estariam em segundo lugar em termos de mobilização escolar. Supusemos, pelo conhecimento prévio da existência desse tipo de prática, que boa parte delas teria intencionalmente burlado o cadastro escolar⁶ e deliberadamente escolhido uma escola de melhor desempenho para os filhos. Finalmente, de acordo com nossa hipótese, as famílias cujos filhos estariam nas demais escolas públicas seriam as menos mobilizadas, uma vez que, supostamente, obedeceram passivamente aos ditames do cadastro escolar.

Tabuladas as respostas ao questionário e montado o banco de dados, uma das primeiras tarefas que se impôs foi a verificação da pertinência ou não dessa hipótese, sendo, para isso, necessário examinar a possibilidade de identificação de perfis familiares associados a cada tipo de estabelecimento de ensino. É uma síntese dos resultados obtidos até aqui, no desenvolvimento dessa tarefa, que o presente texto apresenta, considerando-se que as questões suscitadas durante o percurso analítico realizado contribuem para o aprofundamento do debate sociológico no campo das relações família-escola.

⁵ Uma síntese pode ser encontrada em NOGUEIRA (1998).

⁶ O Cadastro Escolar por local de moradia é o processo oficial de alocação de vagas na rede municipal de Belo Horizonte.

Desafios analíticos e principais resultados encontrados

A tarefa de verificação da hipótese de relação entre tipo de estabelecimento escolar e mobilização das famílias foi conduzida a partir do estabelecimento de três desafios analíticos, que serão tomados como base para a apresentação de alguns resultados da pesquisa, nesta parte do texto.

O primeiro desafio consiste em verificar se, apesar de termos uma amostra relativamente homogênea do ponto de vista socioeconômico, as famílias cujos filhos freqüentam os diferentes tipos de escola apresentam, em alguma medida, um perfil social diferenciado. De forma mais direta, precisamos saber se estamos comparando famílias realmente semelhantes, que escolheram escolas de tipo diferente, ou famílias diferenciadas no que se refere a certos aspectos objetivos (tamanho e composição da família, nível socioeconômico, raça, etc.).

Um segundo desafio analítico consiste em verificar se as famílias cujos filhos estão matriculados nos diferentes tipos de estabelecimento escolheram essas escolas segundo critérios e por meio de procedimentos diferenciados – variáveis que têm sido apresentadas pela literatura como boas indicadoras do grau de mobilização escolar (Nogueira, 1998). Precisamos conhecer as razões que levaram os pais a matricular os filhos nesses diferentes tipos de escola e analisar o modo como eles agiram no momento da escolha (sobretudo as estratégias utilizadas na busca de informação sobre os estabelecimentos). Ao final das duas primeiras etapas de análise estaremos, assim, em condição de proceder a uma primeira avaliação da hipótese inicial, segundo a qual teríamos, em cada tipo de escola, famílias com graus diferenciados de mobilização escolar.

Complementando os dois anteriores, o terceiro desafio analítico consiste em verificar em que medida as famílias distribuídas pelos quatro tipos de estabelecimento se distinguem do ponto de vista de suas relações com a escola (expectativas, atitudes, práticas e estratégias de escolarização) e de suas dinâmicas cotidianas (práticas socializatórias, modos de exercício da autoridade, relações com a leitura, etc.). Isso permitirá verificar mais claramente até que ponto é possível estabelecer um perfil dessas famílias e relacioná-lo com o tipo de estabelecimento de ensino freqüentado.

a) Primeiro desafio analítico: diferentes tipos de escola = diferentes perfis sociais?

A amostra da pesquisa Geres para Belo Horizonte apresenta um perfil socioeconômico mais baixo do que o conjunto da população do município. Nenhuma das escolas particulares de grande prestígio da cidade e que atendem as classes mais altas faz parte dessa amostra. Além disso, como já foi dito, ao construirmos nossa subamostra, excluímos deliberadamente o quintil superior em termos de renda.

Temos, então, uma amostra que pode ser considerada relativamente homogênea do ponto de vista socioeconômico e que se concentra nos segmentos baixos ou, no máximo, intermediários da população. Basta dizer que há, nessa amostra, apenas treze pais e somente uma mãe com nível superior de escolaridade.

Ao analisarmos o perfil social das famílias cujos filhos estão em cada um dos tipos de escola, percebemos, no entanto, que, apesar da homogeneidade em termos de macroclassificação socioeconômica, existem diferenças objetivas significativas entre elas, conforme demonstra a Tabela 1⁷.

TABELA 1
Variação de aspectos ligados ao perfil socioeconômico das famílias (em %)

Variável	Tipos de estabelecimentos de ensino			
	Privados	Federal	Municipais e estaduais	
			Quintil superior do "Prova Brasil"	Abaixo do quintil superior do "Prova Brasil"
Mães que concluíram o ensino médio ou superior	51,5	64,9	36,2	18,8
Pais que concluíram o ensino médio ou superior	70,5	51,3	23,4	13,9
Pais na faixa superior de NSE ⁸	71,2	54,1	33,7	12,5
Pai ou outro homem responsável morando na residência	82,4	78,5	74,5	69,3

⁷ Tendo em vista a grande quantidade de dados levantados e os limites de espaço deste trabalho, selecionamos apenas alguns dados mais significativos.

⁸ Trata-se de índice socioeconômico construído para a pesquisa GERES. A faixa superior, aqui considerada, diz respeito à divisão interna de nossa amostra, não significando, portanto, em termos absolutos, uma elevada posição social.

Famílias que recebem algum tipo de bolsa	11,8	13,9	24,5	45,5
Mais de 6 pessoas na casa	5,9	5,4	13,8	25,7
Criança com 3 ou mais irmãos	3,0	5,4	19,2	31,7
Criança identificada como preta pelo pai ou responsável	5,9	2,7	10,6	17,8

A tabela evidencia que quase todas as variáveis tradicionalmente associadas a um melhor rendimento escolar têm porcentagens descendentes conforme se passa das escolas privadas para a federal, dessa para as municipais e estaduais de melhor desempenho e, finalmente, para as demais escolas municipais e estaduais. O contrário acontece com as variáveis que representam desvantagens sob o mesmo ponto de vista. Há pequenas oscilações nessa regra apenas entre as escolas privadas e as federais, chamando maior atenção aquela que se refere à escolaridade das mães, bem maior na escola federal.

Esses dados mostram que, mesmo dentro da amostra relativamente homogênea selecionada para a pesquisa, existem diferenças sociais significativas entre os pais cujos filhos estão em cada um dos quatro tipos de escola. As famílias das escolas estaduais e municipais “comuns” apresentam um nível socioeconômico mais baixo e características demográficas que a literatura sociológica indica serem menos favoráveis à escolarização de seus filhos⁹. As famílias das escolas estaduais e municipais de melhor desempenho apresentam situação um pouco mais favorável, embora ainda bastante semelhante à do primeiro grupo. As famílias cujos filhos estão na federal e nas escolas particulares já apresentam um perfil bem mais favorável.

Esse primeiro conjunto de dados coloca em destaque a complexidade das hierarquias socioeconômicas, as quais se estruturam de forma que camadas sociais aparentemente homogêneas, em uma leitura macroscópica, revelam novas nuances de desigualdades ao serem analisadas mais “de perto”. Assim, a escolha por determinado tipo de escola parece, em boa medida, continuar associada às características sociais das famílias. Não teríamos, simplesmente, estratégias educativas diferenciadas dentro de uma população relativamente homogênea; continuaríamos a ter famílias com perfis sociais, em alguma medida, diferenciados, que escolheram tipos de escola adequados aos seus perfis.

⁹ Uma síntese das pesquisas sobre o tema, encontra-se em Glória (2007).

b) Segundo desafio analítico: diferentes tipos de escola = diferentes modos de escolha?

A Sociologia da Educação contemporânea tem demonstrado que a escolha do estabelecimento de ensino diz muito sobre o perfil social e a relação que os pais mantêm com o universo escolar e a escolarização dos filhos (Ballion, 1982; Gewirtz, Ball e Bowe, 1995). Pais mais escolarizados ou com uma proximidade maior com o universo escolar tenderiam a dar mais importância ao ato de escolha e a utilizar, em sua tomada de decisão, critérios mais pedagógicos (qualidade e métodos de ensino) do que funcionais (localização da escola, horários, etc). Por isso mesmo, tenderiam a ser mais eficientes, fazendo escolhas adequadas às características e à trajetória escolar dos filhos.

Sendo assim, nosso segundo desafio analítico consiste em verificar em que medida os pais cujos filhos estão em cada tipo de estabelecimento de ensino de nossa amostra efetivamente se diferenciam no que se refere aos critérios e aos modos de escolher a escola dos filhos.

No que se refere aos critérios de escolha, as diferenças são claras, algumas das quais expressas na Tabela 2. Os pais das escolas estaduais e municipais comuns são os que mais apontam o horário das aulas e a localização - critérios funcionais, que não se vinculam diretamente ao processo de ensino e aprendizagem. Eles são também os que mais apontam a boa infra-estrutura, a disciplina e a formação cristã como o que é mais importante numa boa escola. Os pais das escolas estaduais e municipais de melhor desempenho atribuem uma importância bem maior que os do primeiro grupo aos métodos e à qualidade de ensino, bem como à recomendação dos amigos. Nesse ponto, eles se aproximam, na verdade, dos pais da federal e das particulares, que são os que mais valorizam esses três critérios. Os pais das particulares, no entanto, se distinguem por também observarem muito a localização, a disciplina e formação cristã e o valor da mensalidade.

TABELA 2
Variação de aspectos ligados à escolha da escola pelas famílias (em % de respostas)

Variável		Tipos de estabelecimentos de ensino			
		Privados	Federal	Municipais e estaduais	
				Quintil superior do “Prova Brasil”	Abaixo do quintil superior no “Prova Brasil”
Razões que influenciaram a escolha da escola	Horário das aulas	9,5	2,8	8	23,9
	Valor da mensalidade	33,0	8,3	0	0
	Ser religiosa	30,2	0	0	0
	Qualidade de ensino	91,7	93,7	88	71,7
	Recomendação de amigos	60,3	52,8	46,0	32,6
	Localização	77,8	30,6	58,0	67,4
Principal razão da escolha	Qualidade do ensino	57,1	86,1	78,0	53,2
	Localização	19,0	5,6	14,0	42,6
O que é mais importante em uma boa escola	Infra-estrutura	0	2,8	4,3	11,9
	Métodos de ensino	85,3	80,6	71,3	59,4
	Disciplina e formação cristã	14,7	16,7	24,5	28,7

FONTE: Questionário aplicado às famílias – 2007.

Em síntese, os pais das estaduais e municipais de melhor desempenho e da federal parecem bem focados nos critérios acadêmicos. Os das particulares valorizam muito esses critérios, mas não desconsideram outros menos acadêmicos, como localização, disciplina e formação cristã e valor da mensalidade. Os pais das estaduais e municipais comuns valorizam os critérios acadêmicos menos do que todos os outros grupos, e consideram os critérios não acadêmicos mais do que o fazem os demais grupos de pais.

Se as diferenças são claras no que se refere aos critérios de escolha e ao modo de avaliação do que é uma boa escola, o mesmo não se pode dizer em relação às ações empreendidas no processo de escolha. Em primeiro lugar, não foi possível confirmar se os

pais das escolas estaduais e municipais de melhor desempenho efetivamente burlaram o cadastro escolar com o objetivo de escolher uma escola mais distante, porém, melhor para seus filhos - o que constituiria indicador claro de maior mobilização ou investimento na escolarização dos mesmos. Se de fato eles tomaram essa atitude, preferiram não revelá-la ao serem perguntados a respeito.

Também não foram identificadas diferenças significativas entre os pais dos dois tipos de escolas estaduais e municipais (as de melhor desempenho e as demais) no que se refere às ações empreendidas no momento da escolha da escola (Tabela 3). Os percentuais dos dois grupos, em relação à maior parte dos itens, são semelhantes, surpreendendo, apenas, o percentual mais elevado de visitas à escola por parte dos pais das estaduais e municipais “comuns”, em comparação com o das escolas de melhor desempenho.

TABELA 3
Ações empreendidas pelos pais antes de matricular os filhos na escola
(em % de respostas)

Ação	Tipos de estabelecimentos de ensino			
	Privados	Federal	Municipais e estaduais	
			Quartil superior do “Prova Brasil”	Abaixo do quartil superior do “Prova Brasil”
Telefonaram para a escola	45,6	43,2	11,7	11,9
Visitaram a escola	76,5	43,2	40,4	54,5
Conversaram com alguém da escola	76,5	27,0	40,4	44,6
Conversaram com vizinhos, parentes ou outros pais de alunos da escola	54,5	64,9	58,5	54,4
Informaram-se através dos meios de comunicação	14,7	40,5	5,3	5,9

No que se refere aos pais de alunos da escola federal, a maior parte deles não visitou a escola e um percentual ainda inferior conversou com alguém da instituição. Esses pais se destacam, principalmente, por terem apontado, em percentual muito mais elevado que os outros três grupos, as conversas com vizinhos, parentes ou outros pais de alunos da escola e, de modo ainda mais significativo, a informação pelos meios de comunicação – ambas, estratégias mais indiretas de conhecimento sobre a escola, sendo que o uso da mídia configura, também, um procedimento mais formalizado de obtenção de informações.

Os pais das escolas privadas se destacam, ao contrário, por terem utilizado, muito mais do que os dos outros três grupos, métodos diretos de acesso à escola. Eles visitaram e conversaram com pessoas da própria escola bem mais que os outros pais.

Os dados apresentados nesta parte parecem indicar que as relações entre o fato de se estar numa determinada escola, os critérios utilizados para escolhê-la e as ações empreendidas no ato da escolha são menos diretas do que se pode pressupor. Como vimos há pouco, as famílias que estão vinculadas aos diferentes tipos de escola parecem ter utilizado critérios diferentes de escolha e ter concepções distintas sobre o que é uma boa escola. Essas diferenças entre as famílias não se traduzem, no entanto, em distinções claras no que se refere às ações empreendidas no ato de escolha. Por um lado, os dois tipos de escolas municipais e estaduais, bem distintos quanto aos critérios de escolha e à avaliação do que é uma boa escola, aproximam-se no que concerne às ações realizadas. Por outro, as famílias da federal e das escolas privadas, que se aproximam quanto aos critérios utilizados, distanciam-se fortemente no que se refere aos modos de escolha.

Uma hipótese que precisa ser melhor explorada em relação a esse ponto é a de que, para compreender as ações realizadas no ato da escolha, talvez seja preciso levar em conta, ao lado do perfil familiar e em relação com este, as características da rede de ensino que está sendo considerada pelos pais. Nessa perspectiva, os pais das escolas privadas adotariam métodos mais diretos porque são considerados clientes e se portam como tal, tendo trânsito facilitado nas escolas. O uso de métodos indiretos pelos pais da escola federal, ao contrário, poderia ser relacionado à localização da escola (dentro de um campus universitário e longe da maioria das residências), a qual dificultaria outros procedimentos¹⁰. Por fim, os comportamentos similares dos pais das redes estadual e municipal (independentemente do nível de desempenho da escola) seriam coerentes com as características dessas redes públicas dentro das quais eles operam suas escolhas (escolas com pouca divulgação na mídia e próximas às residências, permitindo um acesso maior do que no caso da federal e menor do que no caso das privadas).

¹⁰ Com relação a esses pais, parece ter sido decisivo o acesso a uma “rede social” de informações que os teria possibilitado saber da existência dessa escola federal, de seu prestígio e da possibilidade de acesso por meio de sorteio. Além disso, o uso mais intenso da mídia por esses pais pode indicar uma maior reflexividade no processo de escolha, nos termos propostos por Van Zanten (2006)..

O tratamento dos dois desafios analíticos até aqui propostos e o conjunto de dados analisados nesse percurso permitem esboçar uma primeira conclusão parcial, a ser verificada no próximo tópico. Ao que parece, vem-se confirmando, por um lado, a hipótese de que a vinculação das famílias da amostra investigada a diferentes tipos de estabelecimento de ensino está relacionada a níveis e formas desiguais de mobilização em relação à escolaridade dos filhos, os quais se expressam em concepções e estratégias diferenciadas quanto à escolha das escolas. Por outro lado, esses níveis e formas desiguais de mobilização não seguem sempre um padrão linearmente crescente, das escolas públicas estaduais e municipais “comuns” até as escolas privadas, como inicialmente se poderia esperar. Em relação a algumas variáveis, como os critérios e concepções relativos à escolha do estabelecimento, observa-se uma diferenciação clara entre as famílias dos quatro tipos de escolas. No que se refere a outras, como as ações empreendidas no ato da escolha, em alguns momentos parece possível subdividir as escolas em dois blocos (estaduais e municipais de melhor desempenho e “comuns” *versus* federais e privadas), o que, no entanto, não se mantém constante. No próximo e último desafio, verificaremos em que medida essa conclusão parcial se confirma, ao se colocar em relevo outros comportamentos, atitudes e estratégias educativas das famílias.

c) Terceiro desafio analítico: diferentes tipos de escola = comportamentos educativos e estratégias escolares diferenciados?

Nesta seção, analisaremos diferentes atitudes e comportamentos familiares que a literatura sociológica vem relacionando ao desempenho escolar dos filhos, envolvendo aspectos como: os projetos educacionais formulados para a prole e o capital cultural familiar, destacando a posse de conhecimentos e informações sobre o sistema de ensino e as práticas culturais familiares (Bourdieu, 1998); as estratégias de monitoramento cotidiano da escolaridade dos filhos (Glasman, 2005); aspectos relativos à ordem moral doméstica e ao exercício da autoridade parental (Lahire, 1997; Thin, 1998). Trata-se de variáveis que mereceram grande atenção no questionário, por se desejar, justamente, avançar no terreno das práticas e dinâmicas familiares, em relação a aspectos já mais consolidados na pesquisa sociológica. Entretanto, tendo em vista os limites deste trabalho, discutiremos, por ora,

apenas uma pequena parte dos comportamentos e atitudes analisados pela pesquisa, e ainda assim selecionando e agrupando alguns dados mais representativos.

Um primeiro conjunto de variáveis que pode ser aqui destacado diz respeito às estratégias escolares das famílias, incluindo desde a trajetória escolar progressiva do filho (frequência à Educação Infantil) até as atividades de acompanhamento direto à escolaridade, passando pelas expectativas dos pais quanto ao futuro da criança (Tabela 4).

TABELA 4
Variação de aspectos referentes às estratégias escolares das famílias
(em % de respostas)

Variável	Tipos de estabelecimentos de ensino			
	Privados	Federal	Municipais e estaduais	
			Quintil superior do “Prova Brasil”	Abaixo do quintil superior do “Prova Brasil”
a) Filho freqüentou a Educação Infantil	95,6	100,0	92,5	81,2
b) Filho iniciou a Educação Infantil até os 3 anos de idade	72,7	47,2	39,8	25,9
c) Deseja que o filho estude até a pós-graduação	17,6	32,4	11,7	7,9
d) Considera que o filho só deve começar a trabalhar após os 21 anos	20,6	27,0	9,6	15,8
e) Gasta mais de uma hora por dia ajudando o filho nos deveres de casa	37,3	48,6	36,2	30
f) Raramente ou nunca olha os cadernos do filho	8,8	2,7	10,6	9,9
g) Olha os deveres do filho quase todos os dias	71,3	81,1	76,6	73,5
h) Esclarece dúvidas sobre o dever de casa quase todos os dias	55,9	67,6	48,9	42,6
i) Sugere material de consulta aos filhos, quase todos os dias	29,4	51,4	28,7	24,8

Com relação à frequência à educação infantil e ao momento de início da escolaridade, observa-se uma tendência de distinção entre os comportamentos dos pais dos quatro tipos de escola. Essa tendência se manifesta, especialmente, no que se refere à

precocidade na entrada na Educação Infantil: as porcentagens ascendem claramente das escolas públicas de menor desempenho até as privadas.

O mesmo se pode dizer quanto ao nível de aspiração e ao projeto de futuro das famílias para os filhos. Chama a atenção, em relação a esse ponto, o fato de os pais da escola federal apresentarem um grau de ambição escolar bem superior aos demais, incluindo aqueles dos estabelecimentos privados. Coerentemente com esse perfil, eles são, também, os que em maior proporção afirmam que a entrada do filho no mundo do trabalho só deve ocorrer após os 21 anos¹¹.

No que se refere ao monitoramento cotidiano da escolarização dos filhos (itens e a i da Tabela 4), mais uma vez, o grande destaque parece ser o dos pais da escola federal. Tais dados ganham interesse ao mostrar como os pais dessa escola, mesmo estando, no que se refere a vários aspectos objetivos, em posição inferior à dos pais das escolas privadas, dedicam-se mais ao acompanhamento do processo de escolarização dos filhos. Em relação a esses dados, chama atenção, também, a existência, na maior parte dos casos, de uma distinção significativa entre os pais das escolas estaduais e municipais “comuns” e os das de melhor desempenho. Estes últimos demonstram, em relação à maioria dos itens, investirem mais no monitoramento da vida escolar dos filhos. No que se refere especificamente aos deveres de casa, eles declaram olhá-los com maior frequência do que os pais das escolas privadas.

Um último conjunto de aspectos selecionados para este trabalho é agrupado, na Tabela 5, em referência a comportamentos educacionais gerais e práticas culturais das famílias. A pesquisa abordou esses temas de maneira muito detalhada. Aqui destacaremos apenas alguns poucos resultados.

As primeiras variáveis apresentadas (itens a a d) dizem respeito à regulação do cotidiano e aos modos de exercício da autoridade familiar. Em seguida, destacamos algumas variáveis relativas ao capital cultural das famílias, incluindo indicadores do grau de conhecimento do sistema de ensino por parte dos pais (e, f) e de práticas culturais e educacionais mais gerais das famílias (g a k).

¹¹ Surpreende, em relação a este último ponto, o percentual baixo daqueles que apontam idade superior aos 21 anos entre os pais das escolas estaduais e municipais de melhor desempenho.

Com relação a essas variáveis agrupadas na Tabela 5, observa-se que, em vários casos, formam-se claramente dois blocos, entre as famílias das escolas municipais e estaduais (de melhor desempenho e “comuns”) e as das escolas privadas e federal. Quanto, por exemplo, ao tempo dedicado pelos filhos a atividades como ver TV, jogar vídeo-game, dormir e estudar, os pais das escolas públicas estaduais e municipais de ambos os tipos mostram-se, em geral, menos controladores que aqueles da federal e das escolas privadas.

TABELA 5
Variação de aspectos referentes aos comportamentos educacionais gerais e práticas culturais das famílias
(em % de respostas)

Variável	Tipos de estabelecimentos de ensino			
	Privados	Federal	Municipais e estaduais	
			Quartil superior do “Prova Brasil”	Abaixo do quartil superior do “Prova Brasil”
a) O filho assiste TV pelo tempo que quer	13,2	10,8	28,0	22,4
b) O filho joga vídeo-game pelo tempo que quer	8,3	4,2	19,3	22,7
c) O filho vai dormir na hora em que quer	10,3	16,2	24,5	21,8
d) Responsável raramente ou nunca controla o tempo que o filho dedica aos estudos	32,4	32,4	47,9	49,5
e) Entrevistado identifica corretamente algumas das melhores escolas de Belo Horizonte	26,5	27,0	9,0	5,0
f) Identifica corretamente as melhores Universidades de Belo Horizonte	33,8	29,7	16,0	12,9
g) Mãe raramente ou nunca lê livros	33,8	32,4	43,6	49,5
h) Pais raramente ou nunca lêem histórias para os filhos	10,4	18,9	35,1	20,8
i) Entrevistado nunca ou quase nunca conversa com a criança sobre o que ela leu	26,5	18,9	43,6	37,6
j) Entrevistado nunca ou quase nunca conversa com a criança sobre coisas que leu	38,2	29,7	55,3	51,5
k) Pais visitam museus ou exposições com o filho, duas a três vezes ao ano	25,0	32,4	10,6	6,9

Quanto ao grau de conhecimento do sistema de ensino por parte dos pais, esses responderam a questões como: quais as melhores escolas e universidades de Belo Horizonte; se existem universidades gratuitas na cidade e quais seriam elas; e se eles sabiam o que é o vestibular, o ENEM e o PROUNI. As respostas dadas às questões abertas foram posteriormente categorizadas como certas, parcialmente certas, ou erradas¹². Em relação a todos esses itens ocorre, como exemplificado na Tabela 5 (variáveis **e**, **f**), uma divisão clara em dois blocos: de um lado, com um conhecimento bem mais restrito do sistema de ensino, temos as estaduais e municipais (“comuns” e de melhor desempenho); de outro, com um conhecimento bem mais amplo, federal e particulares.

Uma segunda dimensão do capital cultural aqui destacada diz respeito a práticas culturais e educacionais como os hábitos de leitura, as conversas entre pais e filhos sobre o que lêem, as visitas a museus e exposições. Em relação a vários desses aspectos, como as práticas de leitura e as visitas a museus e exposições, temos, mais uma vez, dois blocos bem distintos, com práticas mais frequentes entre os pais da escola federal e das particulares. Em relação às conversas sobre leitura, novamente o destaque são os pais da escola federal, que conversam bem mais com seus filhos sobre esses temas do que qualquer outro grupo. Aliás, na Tabela 5 como um todo observa-se que os pais da escola federal têm posição de destaque com relação à maior parte dos itens considerados.

Ao finalizar a abordagem do terceiro e último desafio analítico, pode-se confirmar a conclusão parcial apresentada no item anterior. Os dados discutidos nesta seção apontam claramente as diferenças de mobilização entre os grupos familiares – as quais, em vários casos, manifestam-se na forma de uma diferenciação clara e progressiva entre as famílias dos quatro tipos de escola, na seqüência esperada segundo a hipótese inicial (escolas municipais e estaduais “comuns”, estaduais e municipais de melhor desempenho, escola federal, escolas privadas), havendo, entretanto, variações nessa seqüência. Um aspecto que sobressai fortemente é que, em muitas situações, os indicadores de mobilização foram mais evidentes na escola federal do que na privada.

Em outros casos, ocorre uma divisão em dois blocos. Nessa situação, de um modo geral, as famílias dos dois tipos de escolas estaduais e municipais apresentam atributos

¹² Para os fins da pesquisa, foram consideradas como melhores as escolas mais tradicionais e de maior prestígio da cidade, assim como aquelas que têm se destacado em testes de proficiência e em percentuais de aprovação nos vestibulares.

apontados pela Sociologia da Educação como menos favoráveis à escolarização dos filhos. Inversamente, as famílias da escola federal e das particulares apresentam atitudes e comportamentos considerados mais favoráveis. Dentro de cada um dos dois blocos, permanecem, de qualquer forma, distinções importantes, dependendo da variável específica analisada, ou mesmo inversões; por exemplo, eventualmente, as escolas estaduais e municipais “comuns” têm indicadores mais favoráveis do que as de melhor desempenho no Prova Brasil. Essas variações certamente não são aleatórias e precisam ser explicadas sociologicamente.

Considerações finais

O recorte definido para este artigo, qual seja, a relação entre perfis familiares e tipos de estabelecimentos de ensino, remete à temática da escolha da escola para os filhos, em meio a um sistema de ensino diversificado e desigual quanto a suas condições de funcionamento e a seus resultados. Essa temática tem alcançado grande visibilidade social, especialmente com a divulgação, pela mídia, de *rankings* de escolas e de reportagens que, dentre outros, anunciam o objetivo de “orientar” os pais com relação à escolha da escola. Entretanto, trata-se de matérias cujo foco é, geramente, colocado nos estabelecimentos de maior prestígio e nas famílias socialmente favorecidas que a eles têm acesso. Não obstante, autores como Costa (2008) e Alves (2008) têm chamado a atenção para o fato de que também entre camadas menos favorecidas da população ocorrem disputas por recursos escolares superiores, como resultado da grande complexificação e diversificação do sistema educacional, no interior do qual se encontram diferenciais de qualidade inclusive entre escolas integrantes da mesma rede de ensino.

Para Alves, a “estrutura de oportunidades” oferecida pelo sistema educacional às famílias que buscam maior qualidade fica configurada pela existência de escolas privadas voltadas para uma clientela de perfil socioeconômico semelhante ao da rede pública; pela possibilidade de entrada via sorteio em escolas federais e/ou vinculadas a universidades e pela existência de escolas públicas com diferencial de aprendizado. Tal estrutura de oportunidades estaria relacionada com estratégias de escolha do estabelecimento escolar por parte das famílias, as quais tenderiam a variar mesmo dentro de um grupo com perfil

socioeconômico semelhante. Costa, por sua vez, defende que essas variações - isto é, o acesso a escolhas diferenciadas, ainda que no interior de uma mesma rede de ensino e por parte de grupos semelhantes do ponto de vista macroestrutural - dependeriam da “posse de recursos sociais diferenciados” e configurariam, no interior desses grupos aparentemente homogêneos, modos de “formação e reprodução de elites” (2008, p. 456).

Os dados discutidos neste texto parecem, ao mesmo tempo, confirmar de modo geral essas idéias e contribuir para o aprofundamento do debate, apontando para sua complexidade. Por um lado, esses dados sinalizam processos ativos e diferenciados de escolha do estabelecimento por famílias de uma amostra em princípio bastante homogênea do ponto de vista socioeconômico. Por outro lado, eles evidenciam que, para além dessa aparente homogeneidade, existem nuances que permitem identificar perfis familiares distintos, tanto no que tange às variáveis socioeconômicas mais gerais quanto no que se refere às práticas culturais e educacionais.

Em última análise, essa linha de raciocínio conduz a uma discussão crucial na sociologia da educação: a do grau de autonomia das práticas dos atores e das dinâmicas dos grupos sociais em relação aos determinantes macrosociais. Se, nas últimas décadas, as primeiras têm sido colocadas em relevo e catalisado esforços de pesquisa e de teorização, a influência da última se mostra insistentemente, e em nuances renovadas, nos diferentes resultados coletados. De toda forma, como aponta Costa (2008), o que fica claro é um quadro complexo de hierarquias e diferenças socioeconômicas, culturais e educacionais profundamente matizadas e entrelaçadas, diante do qual modelos interpretativos dicotômicos (ricos x pobres, público x privado) tornam-se necessariamente insuficientes.

Nessa linha de problematização, cabe destacar, do conjunto de resultados aqui apresentados, aqueles que dizem respeito à relação entre a escola federal envolvida neste estudo e o perfil familiar a ela associado. Trata-se de uma escola, vinculada à universidade, que há vários anos adotou o sorteio, em substituição aos “testes de seleção” anteriormente realizados, como forma de democratização do ingresso de alunos. Entretanto, os dados coletados revelam um perfil socioeconômico e, especialmente, escolar e cultural diferenciado para as famílias vinculadas a essa instituição. Assim, indicam que o sorteio, embora aberto a todos, favorece especialmente um grupo de famílias já relativamente favorecidas, em relação a seu meio social, no que tange especialmente a uma rede de

relações, a um capital informacional, a certas práticas culturais e educacionais rentáveis do ponto de vista escolar. Conclui-se, dessa forma, que até mesmo o sorteio pode ser uma forma relativa de democratização, no seio de uma sociedade altamente desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. C. de M. (2008). Escolhas familiares no contexto da estratificação educacional e residencial da cidade do Rio de Janeiro. *Seminário GERES*, Belo Horizonte, abr.

ALVES, M. T. G. (2006). As pesquisas sobre o Efeito das Escolas: constituição do campo de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. In: *IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI*. Teresina: EDUFPI, p. 47-64.

BALLION, R. (1982). *Les consommateurs d'école*. Paris : Stock.

BOURDIEU, P. (1998). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes.

BROOKE, N., SOARES, J.F. (orgs.). (2008). *Pesquisa em eficácia escolar – origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

COSTA, M. (2008). Prestígio e hierarquia escolar: estudo de caso sobre diferenças entre escolas em uma rede municipal. *Revista Brasileira de Educação*, n. 39, set/dez., p.455-469.

GEWIRTZ, S., BALL, S., BOWE, R. (1995). *Markets, choice and equity in education*. Buckingham/Philadelphia: Open University Press.

GLASMAN, D. (2005). *Le travail des élèves: pour l'école en dehors de l'école*. Chambéry: Université de Savoie.

GLÓRIA, D.M.A. (2007). *Uma análise de fatores sociodemográficos e sua relação com a escolarização dos filhos em camadas médias*. Tese de doutorado. FaE/UFMG, Belo Horizonte, 288p.

LAHIRE, B. (1997). *Sucesso escolar em meios populares – as razões do improvável*. São Paulo: Ática.

LAREAU, A. (1987). Social class differences in family-school relationships: the importance of cultural capital. *Sociology of Education*, v. 60, p. 73-85.

NOGUEIRA, M.A. (2005). A relação família escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. *Análise Social*, Lisboa, vol. XL, n. 176, p. 563-578.

NOGUEIRA, M.A. (1998). A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: a ação discreta da riqueza cultural. *Revista Brasileira de Educação*, n. 7, jan./fev./mar./abr., p.42-56.

THIN, D. (1998). *Quartiers populaires: l'école et les familles*. Lyon : PUL.

VAN ZANTEN, A. (2006). Reflexividad y elección de la escuela por los padres de la clase media em Francia. *Revista de Antropologia Social*, n. 16, p. 245-278.